



O sítio arqueológico de Santo Amaro (Ameixêde, Eja, Penafiel): da história do santo sem capela à descoberta de um habitat da Pré-História Recente

Helena Bernardo* e Laura Sousa**

RESUMO

No lugar de Ameixêde, da freguesia da Eja, em Penafiel, corre, desde longa data, a história do santo sem capela. A 15 de janeiro, a imagem de Santo Amaro sai à rua em solene procissão até ao local onde a comunidade acredita ter existido a sua capela. O sítio, inventariado na Planta do Património do PDM de Penafiel como Área de Proteção e Enquadramento ao Património, foi alvo de escavação arqueológica, realizada interpoladamente, entre 2009 e 2012, pelo Museu Municipal de Penafiel, em colaboração com trabalhadores disponibilizados pelo Município e pela Junta de Freguesia, no âmbito da implementação do *Projecto de Reconstrução da Capela de Santo Amaro e Construção de Equipamentos Sociais e Culturais*, proposto pela Associação Santo Amaro para o Desenvolvimento da Freguesia de Eja. O presente estudo expõe os resultados da intervenção arqueológica, que não só confirmou a convicção da comunidade, como resultou na descoberta de um habitat da Pré-História Recente.

PALAVRAS-CHAVE

Penafiel; Eja; Ameixêde; Capela ou Ermida de Santo Amaro; Habitat; Pré-História Recente; Época Medieval e Moderna; Centro interpretativo.

ABSTRACT

The story of the saint without a chapel runs for a long time in the place of Ameixêde, in Eja's parish. On January 15th, the image of Saint Amaro goes out, through the streets in a solemn procession towards the place where the community believes the chapel existed. Being part of the Patrimony Cartography of the Municipal Plan as a Protection and Heritage Area, the site was subjected to an interpolated archaeological excavation, between 2009 and 2012, by the Municipal Museum of Penafiel, in collaboration with workers made available by the City Hall and the Parish Council. The archaeological excavation was made possible in the context of the execution of the Saint Amaro [Amarus] chapel reconstruction project and the social and cultural facilities construction, planned by the "Associação Santo Amaro para o Desenvolvimento da Freguesia de Eja". The present study exposes the results of the archaeological intervention, which not only confirmed the community's conviction but also resulted in the discovery of a Late Prehistoric habitat.

KEYWORDS

Penafiel; Eja; Ameixêde; Saint Amaro (or Amarus the Pilgrim) Chapel or Hermitage; Habitat; Late Prehistoric Period; Middle Ages; Early Modern Period; Interpretation centre (or visitor interpretive centre).

* Museu Municipal de Penafiel / CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

** CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» / Universidade do Porto.

1. INTRODUÇÃO: DA CRENÇA POPULAR AO INVENTÁRIO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

No lugar de Ameixêde, da freguesia da Eja, concelho de Penafiel, corre, desde longa data, a história do santo sem capela. Uma imagem de Santo Amaro, em madeira polícroma, datável dos séculos XVII-XVIII, encontra-se à guarda da população local e sai à rua em solene procissão pelo lugar a 15 de janeiro, respeitando o calendário hagiológico, até ao sítio onde a comunidade acredita ter existido a sua capela, conhecido como Bouça ou Monte de Santo Amaro¹.



FIGURA 1. Imagem de Santo Amaro, o santo sem capela à guarda da população de Ameixêde.

Em 1999, constando-se a intenção do proprietário construir no dito terreno, alguns moradores do lugar de Ameixêde e da freguesia da Eja, argumentando com a tradição, mas também com a referência à “ermida” e romaria de Santo Amaro nas *Memórias Paroquiais* de 1758 e à existência de alguns vestígios pétreos visíveis à superfície, solicitaram a proteção do sítio à Câmara Municipal de Penafiel (Serviço de Arqueologia e Património do Museu Municipal) e ao Instituto Português de Arqueologia (IPA). Após visita de técnicos do IPA², a 19 de abril de 2000, o sítio ficou oficialmente inventariado na base de dados nacional de sítios arqueológicos (*Endovélico*), recebendo o Código Nacional de Sítio (CNS) 15759. Na altura identificava-se uma “Estrutura” de período “Indeterminado”, descrita em “Mau” estado de conservação: “Pedras alinhadas fincadas no solo em forma sensivelmente quadrangular, poderá corresponder à planta de um antigo edifício. Do outro lado da estrada, a cerca de 100 m para Sul, existem vestígios de sepulturas cavadas na rocha” (DGPC, [s.d.]).

Neste seguimento, o IPA notificou o proprietário do terreno sobre a existência de vestígios arqueológicos da antiga Capela de Santo Amaro naquela área, alertando que “quais-

¹ Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Penafiel como “Terreno a pinhal com 2.300m²”, denominado de “Bouça de Santo Amaro” (CRPP, 2004).

² Leonor Sousa Pereira e Pedro Baêre de Faria, da Extensão de Vila do Conde, acompanhados pelos autarcas Rui Silva, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel com o Pelouro da Cultura, e Aníbal Alves dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Eja, e pelas Diretora e Técnica Superior de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel, Teresa Soeiro e Maria José Santos.

quer trabalhos que impliquem revolvimentos de terras desenvolvidos no referido local deverão ser submetidos a um plano de trabalhos arqueológicos prévio por parte de um Arqueólogo devidamente autorizado por este Instituto. Desta forma, e de acordo com o estipulado pela Lei [...] fica notificado [...] de que possui nessa sua propriedade vestígios arqueológicos que não poderão ser colocados sob ameaça de destruição.” (IPA, 2000a). Desta decisão da entidade da tutela foi dado conhecimento aos serviços municipais competentes (IPA, 2000b), decorrendo daí a inclusão do sítio na Planta do Património Municipal de Penafiel como Área de Proteção e Enquadramento ao Património n.º 35.6, designada “Santo Amaro” e cronologicamente atribuída à Época Moderna³.

Simultaneamente, foi constituída a Associação Santo Amaro para o Desenvolvimento da Freguesia de Eja (ASADFE), presidida por Joaquim Coelho, que, a 16 de julho de 2007⁴, adquiriu o terreno e avançou com o *Projecto de Reconstrução da Capela de Santo Amaro e Construção de Equipamentos Sociais e Culturais*, tendo como principal objetivo a construção de uma nova casa para a imagem do santo.

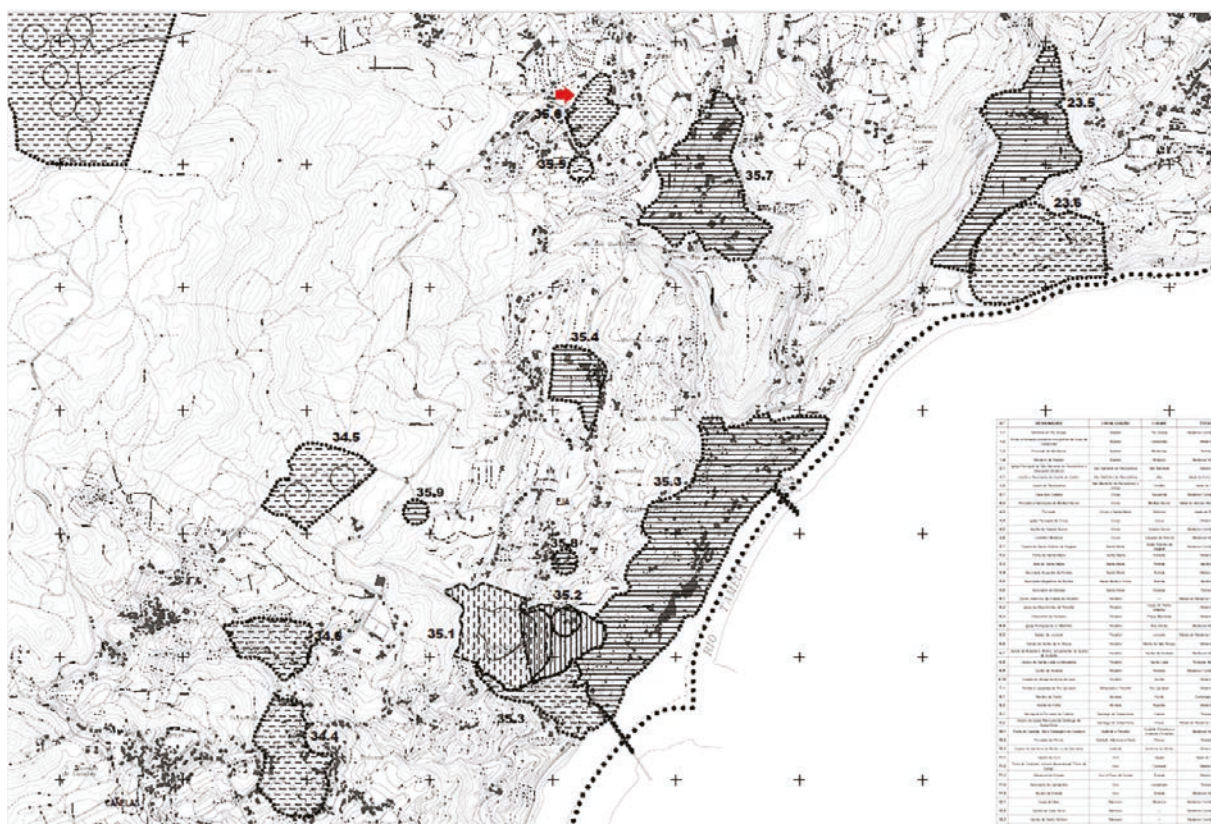


FIGURA 2. Excerto da Planta do Património municipal em vigor, com indicação da área de proteção do sítio de Santo Amaro (2.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Penafiel – Aviso n.º 8335/2015, de 30 de julho de 2015).

³ Classificação que permaneceu até 2015, altura em que foi publicada a 2.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Penafiel (Aviso n.º 8335/2015, de 30 de julho de 2015).

⁴ Segundo averbamento na Conservatória do Registo Predial de Penafiel (CRPP, 2004).



FIGURA 3. Aspeto da Bouça de Santo Amaro pouco antes de se iniciar a intervenção arqueológica, vendo-se o cartaz da ASADFE e uma cruz de pedra colocada no sítio onde se acreditava estar a capela (4 de agosto de 2009).

Uma vez que a ASADFE não possuía recursos financeiros suficientes para suportar os custos inerentes à totalidade da obra, solicitou à Câmara Municipal de Penafiel, a 6 de novembro de 2007, a colaboração dos serviços competentes da autarquia para a elaboração do projeto e caderno de encargos, ficando a cargo do Serviço de Gestão do Património Cultural do Museu Municipal a direção e execução da respetiva escavação arqueológica⁵.

2. O SÍTIO: NOTAS HISTÓRICAS E ARQUEOLÓGICAS

O sítio arqueológico de Santo Amaro localiza-se geograficamente à latitude 41° 06' 05,64" Norte e longitude 8° 17' 55,17" Oeste⁶ e administrativamente no lugar de Ameixêde, freguesia da Eja, concelho de Penafiel e distrito do Porto, inserindo-se na região Norte de Portugal Continental. Tem acesso direto pela Estrada Nacional 319, que liga Santo Tirso a Entre-os-Rios.

Trata-se de uma pequena colina, ou outeiro, com cerca de 210 m de altitude, posicionada entre ribeiros e pequenas linhas de água e terrenos propícios para a agricultura e pastorícia, atividades ainda hoje vigentes, com boa visibilidade e exposição solar. A elevação, com condições favoráveis para a fixação humana, é delimitada, a norte, pelo

⁵ A responsabilidade científica e direção dos trabalhos arqueológicos foi de Laura Cristina Peixoto de Sousa, na qualidade de Técnica Superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Penafiel/Museu Municipal, função que desempenhou entre janeiro de 2008 e outubro de 2016, coadjuvada por Maria Helena Parrão Bernardo, conservadora da mesma instituição e arqueóloga, autoras do presente artigo.

⁶ Coordenadas geográficas definidas no sistema de referência WGS84 (Google Earth).

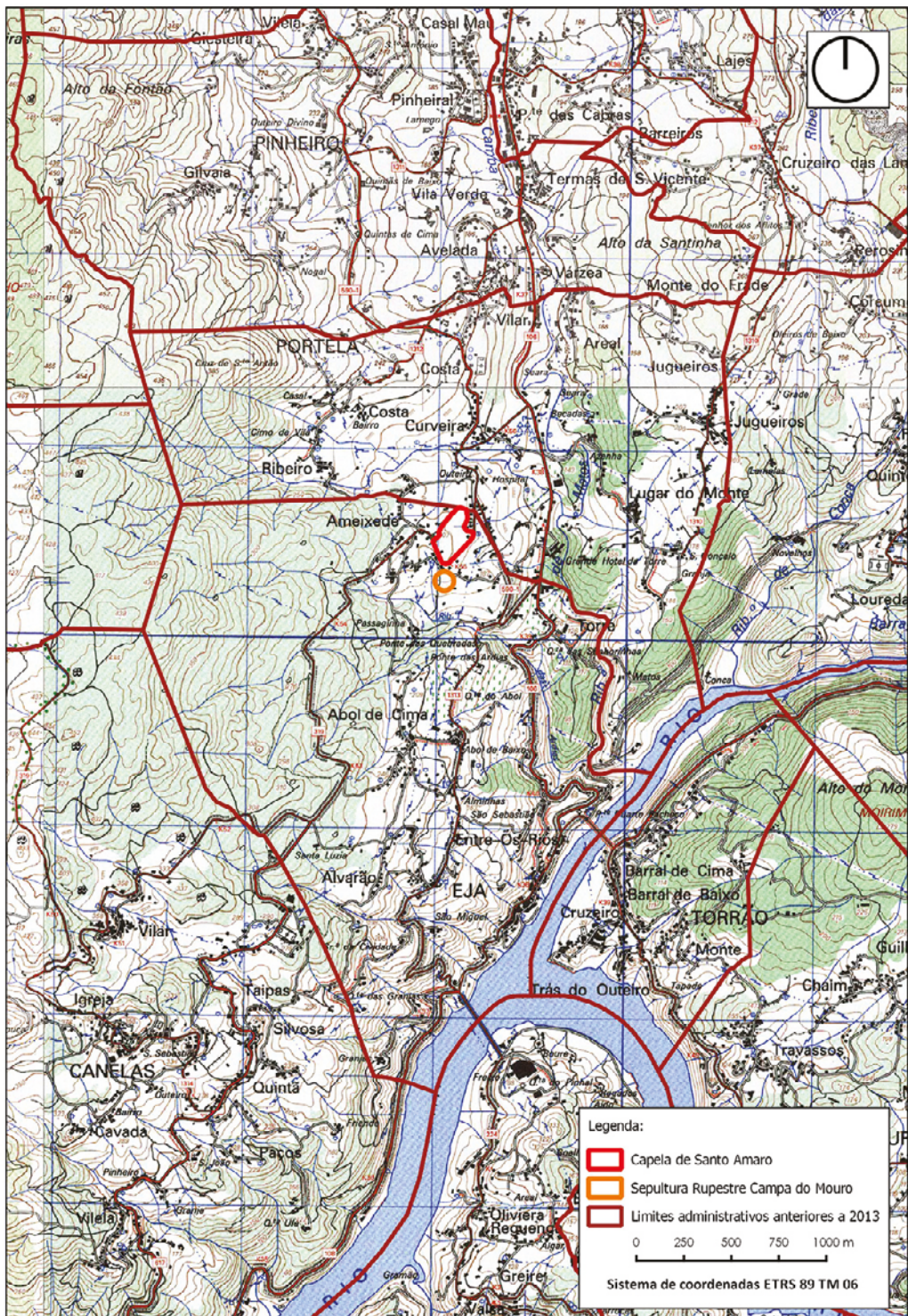


FIGURA 4. Localização do sítio de Santo Amaro e da sepultura escavada na rocha existente nas proximidades (IGEO, 1999; Marisa Soares, Câmara Municipal de Penafiel).



FIGURA 5. Ortofotomapa com localização da área de proteção da Capela de Santo Amaro, atualmente inventariada na Planta do Património municipal, do terreno propriedade da ASADFE e da área escavada.



FIGURA 6. Perspetiva da elevação onde se implantam os vestígios da Capela de Santo Amaro, com algumas pedras alinhadas visíveis à superfície do terreno (1 de julho de 2009).

lugar da Curveira (freguesia da Portela), servindo de limite de freguesia⁷, a sul, pela acentuada encosta que desce até à povoação de Entre-os-Rios e ao antigo cais para a travessia do rio Douro, a nascente, pela Quinta da Torre onde, no século XIX, se localizava a principal captação das águas termais do lugar da Torre⁸, e, a poente, pela serra do Mozinho. O substrato geológico integra-se no denominado granito porfiroide de grão fino (Medeiros e Teixeira, 1964).

A referência documental mais antiga ao lugar de Ameixêde data do século XI, vindo mencionado no documento de doação, datado de 1070, que o rei Garcia da Galiza fez a Afonso Ramires, seu “fidele”, de um extenso conjunto de “villarum, praediorum ac monasteriorum prope flumen Durium”, “situados no território Portucalense, que Garcia Moniz e sua mulher, Elvira, haviam doado ao monarca pelo ‘bem’ e ‘modoratione’ que lhes fizera” (PRJ, [s.d.]). Entre as propriedades doadas “in ripa durio” encontrava-se a “**uilla amnexeneto**” (PMH, DC, 491). A doação era feita “como contrapartida pelo

⁷ Conforme indicado na respetiva descrição predial (CRPP, 2004).

⁸ Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, no inquérito à freguesia de São Paio da Portela, refere-se que “Há mais em terra da Quinta da Torre Colim de Corveira intrando ja na freguesia de Santa Maria da Eja, hua fonte de agoa sulfuria (que vulgo chamam agoa que fede) e tem em circuito lentos com escuma sulfuria, sua agoa hé procurada para varias emfermidades, principalmente de queixas de pernas e inda bebida nam hé quente nem fria” (Capela, Matos e Borralheiro, 2009, p. 561).

⁹ Negrito das autoras. Nesta doação ficaram excluídas as “uilla zeidones que dedit ad petro benegas et uilla ordoni qui dedit ad monnino benegas” (PMH, DC, 491).

‘bom serviço’ prestado e a prestar por Afonso Ramires ao rei Garcia e pela ‘verdade direita’ que lhe disse e vier a dizer” (PRJ, [s.d.]).

A *villa* é novamente citada num documento de doação de D. Toda Ermigis ao mosteiro de Paço de Sousa, escrito em 1071, de “bona immobilia in variis locis sita”, entre os quais “alia hereditate in **uilla Ameixenedo**¹⁰ que compraui de Senamiro... Anege discurrente flumen Dorio” (PMH, DC, 498). Na mesma doação foram incluídos outros lugares, alguns situados nas proximidades de Ameixêde, tais como a “villa Zeidonesses” (Zeidonenses, Pinheiro¹¹), e “Curueira” (Curveira, Portela). D. Toda Ermigis era filha de D. Vivili Trudesendis e neta dos fundadores do mosteiro de Paço de Sousa, D. Trutezendo Galindis e Animia, tendo casado com Egas Moniz, o Velho ou Gasco (Meireles, 1799). Foram seus filhos D. Hermígio Viegas, D. Mónio Viegas e D. Pedro Viegas – que, em 1141, doaram ao mesmo mosteiro um casal em Coreixas, dois casais em Curveira e outro em Jogueiros –, e também D. Enego ou Inigo Viegas, D. Gomes Viegas, “senhor de Zeidonezes”, e D. Vivili Viegas (Meireles, 1799).

O uso do termo *villa* pode indicar a existência de um aglomerado populacional centralizado e já de certa relevância dentro da comunidade rural¹² (Marques, 2014, pp. 218-229), à data integrado administrativamente na “Terra” de Penafiel, território que resultara do desmembramento da “civitas Anegia”, ocorrido poucos anos antes, com sede no castelo “cabeça-de-terra” de Penafiel de Canas ou de Sousa, situado no lugar hoje conhecido por Alto do Castelo, na atual freguesia de Oldrões (Lima, 1993, 1999; Santos, 2005).

Digna de referência para esta época é também a sepultura antropomórfica escavada na rocha identificada no lugar de Ameixêde, a cerca de 200 m para sul do sítio da Capela de Santo Amaro, na rua hoje denominada Campa do Mouro¹³, datável dos séculos IX-XI (Barroca, 1987, p. 161, n.º 81; 2010-2011, p. 163, n.º 93; Santos, 2005, Inventário, n.º 39). A sepultura está isolada, havendo, porém, notícia da existência de outras, também escavadas na rocha, por Abílio Miranda, segundo relatos de pessoas mais velhas, que “foram destruídas pela estrada que passa junto” (Miranda, 1956b). Noutro texto, publicado em 1955, o mesmo autor esclarece que, como essa “perfeitíssima sepultura antropomorfa, aberta na rocha nativa”, mais “existiam ainda há relativamente pouco tempo, mas foram destruídas com o fim de aproveitamento de pedra para a construção de uma eira, e talvez ainda outras tiveram o mesmo fim, pela passagem da estrada de Canelas” (Miranda, 1955). Conclui informando que se tratava “duma vasta necrópole visigótica que corresponderia à igreja [de Santa Maria da Eja], cujos direitos foram discutidos em

¹⁰ Negrito das autoras.

¹¹ Topónimo hoje atribuído à rua dos Zeidonenses, na mesma freguesia (cf. nota 10).

¹² O termo *villa* apresenta um sentido bastante lato, “podendo designar tanto uma mera unidade residencial e/ou de exploração de modestas dimensões como um território (mais ou menos vasto) apropriado por uma comunidade de aldeia, integrando por vezes vários núcleos de povoamento (e chegando em alguns casos a transformar-se num território supra-local)” (Marques, 2014, p. 220).

¹³ 41º 05' 59,68" N, 8º 17' 55,12" O e altitude de 191 m (cf. nota 6).

1047” (Miranda, 1955). Próximo desta necrópole rupestre, o mesmo autor alegou que existiria uma igreja “visigótica” (Miranda, 1956a).

Por volta de 1137, uma monja de nome Eileuva, no seu testamento, doou ao mosteiro de Paço de Sousa um casal em Ameixêde, denominado “**Amexenado de Susano**”¹⁴, juntamente com uma sétima parte da igreja de “Sancto Pelagio de Uila Coua” (São Paio de Vila Cova) e doze leiras em “Ceidoneses” (Zeidoneses), “Octeiru de Dino” (Outeiro Divino) e “Octeiru de Uelias” (Outeiro de Velhas), na freguesia de Pinheiro (*LTPS*, 69; Lopes e Silva, 2015, pp. 129-130).

A posse de terras pelo mosteiro de Paço de Sousa na paróquia de Santa Maria da Eja é confirmada nas *Inquirições* de 1258. Na resposta ao inquérito, o capelão da igreja de “Sancte Marie de Heja” referiu que esta era da apresentação do bispo do Porto e que no seu território não havia domínios régios. Dos 22 casais que constituíam a paróquia, quatro e meio pertenciam ao mosteiro de Paço de Sousa, cinco eram do “Hospitalis”, um de “Domne Sancier Petri” e outros quatro da própria igreja, um do mosteiro de Santo Tirso, um casal e meio do mosteiro de Ancede, outro de Vila Boa do Bispo, outro de “Martini Gomecii”, um de “Alfonsi Fernandi” e dois de “Roderici Pelagii et Egidii Petri” (*PMH, Inq.*, 587).

Um outro importante mosteiro – São Pedro de Arouca – foi também senhorio no lugar de Ameixêde, por doação que D. Toda Viegas fizera, em maio de 1144, de dois casais em “**Amexenado**”¹⁵ (*MA*, 83). Entre as propriedades doadas localizadas em Penafiel contam-se, ainda, um casal em “Coreixes, cum media de quintana”, e um casal em “Cebolido” (*MA*, 83).

Nas *Inquirições* de 1308, Ameixêde surge novamente mencionado entre os lugares da freguesia de Santa Maria da Eja, referindo-se a existência de propriedades do mosteiro de Leça: “no lugar que chamam **ameyxedo**”¹⁶ ha hi huum casal dessa Egreia da Ega e tres de leça. Etrágennos por honrra” (*CCLP*, 172).

Como se verifica pela documentação citada, a medieval *villa* de Ameixêde não estava isolada; outros núcleos de povoamento estavam situados nas proximidades, no-



FIGURA 7. Sepultura antropomórfica escavada na rocha, a cerca de 200 m para sul do sítio de Santo Amaro (25 de novembro de 2009).

¹⁴ Negrito das autoras.

¹⁵ Negrito das autoras.

¹⁶ Negrito das autoras.

meadamente os lugares da Curveira (Portela), de Entre-os-Rios e Abôl (Eja), documentados, respetivamente, em 1071, 1120 e 1185 (Santos, 2005, pp. 35, 38, 39), entre outros mais ou menos próximos.

No que diz respeito a edifícios religiosos, nesta área geográfica os crentes dispunham, já no século X, da igreja de Santa Maria (Eja), sede de paróquia documentada em 922, da igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, referida na centúria seguinte (1095), e da igreja de São Paio da Portela, mencionada em 1105 (Santos, 2005, pp. 41, 45, 47). A estes podemos acrescentar o enigmático mosteiro de São Salvador do Torrão ou de Entre-os-Rios, “localizado na freguesia do Torrão, Marco de Canaveses, na margem Norte do Douro e foz do Tâmega” (Santos, 2005, p. 43), citado em 982, cuja localização é desconhecida¹⁷. Todos estes templos estavam relativamente distantes de Ameixêde, lugar afastado do centro da paróquia/freguesia da Eja, confrontante com a vizinha Portela, sendo a igreja desta paróquia a mais próxima, a cerca de 2 km, seguindo-se a igreja de Santa Maria da Eja, a cerca de 2,5 km, e de São Miguel, aproximadamente a 3 km.

Em Ameixêde, a capela e o hagiopónimo Santo Amaro encontram-se referenciados já nas primeiras décadas do século XVII, provando a existência da ermida no dealbar de Seiscentos e sugerindo a sua construção nas centúrias anteriores.

Em 1623, contavam-se duas ermidas na paróquia de Santa Maria da Eja – **Santo Amaro** e Santa Luzia (Cunha, 1742, p. 269) – e, na mesma época, temos notícia de Manuel Rodrigues, morador em “**Santo Amaro dameixeda**”¹⁸, que, pelo falecimento de seu primo Gonçalo Rodrigues, vigário da Eja, herdou o Olival de Murta Veda, do qual este fizera prazo em 1605. Propriedade depois vendida, em 1637, a Manuel Pinto da Costa (ADP, [s.d.], fl. 115v). Esta última referência é deveras importante por Santo Amaro surgir como topónimo, nome identificativo e distintivo do lugar, indiciando, por um lado, a afirmação e o reconhecimento daquela ermida junto da comunidade local e supralocal e, por outro, a relativa antiguidade do seu estabelecimento, pelo menos para quem assim o nomeou.

3. SANTO AMARO E A SUA ERMIDA EM AMEIXÊDE

Santo Amaro, ou Mauro de Glanfeuil, viveu no século VI, foi discípulo de São Bento, com quem fundou a abadia de Monte Cassino (Montecasino), em 528, e por ele escolhido para instituir o primeiro mosteiro beneditino em França – a abadia de Glanfeuil, onde viria a falecer, em 584 (Réau, 2001, p. 387). Intervenções arqueológicas realizadas no final do século XIX confirmaram a antiguidade da edificação religiosa (Croix, 1899).

Filho de Eutíquio e Júlia, era descendente de “muito nobre sangue dos Senadores de Roma” (Rosario, 1741, p. 162). Aos doze anos de idade “o entregarão a S. Bento, para

¹⁷ No estudo *Caminhos Antigos e de Peregrinação em Penafiel* faz-se referência aos pequenos cenóbios desaparecidos, o de São Pedro de Rans (mosteiro de Lardosa), Entre-os-Rios e Santa Iria, reforçando a sua ligação à rede viária antiga (Almeida, Almeida e Gonçalves, 2008, p. 12). No início do século XIV, o mosteiro de Paço de Sousa recebeu, “como oferta, o antigo convento das Donas de S. Francisco “d’Entre ambos os rios” e “huma porsão de portagem d’Entre ambos os rios”” (Meireles, 1943 *apud* Almeida, Almeida e Gonçalves, 2008, p. 25).

¹⁸ Negrito das autoras.



FIGURA 8. Santo Amaro ilustrado na obra *Flos Sancto-rum...* (Rosario, 1741, p. 162).

que de minino fosse ensinado no serviço de Deos. E recebendo o habito, e feito Monge, aproveitando em toda a santidade de vida, imitava, e seguia as pizadas de seu Mestre, e mais que todos era delle amado. E daqui tomava elle motivo para ser mais humilde, de modo que exercitandose em jejuns, e oraçoens, excedia a todos em santidade, e virtude, e resplandecia a gloria” (Rosario, 1741, p. 162).

O culto a Santo Amaro, taumaturgo das enfermidades ósseas, como a gota e o reumatismo, mas também da gripe, rouquidão e das dores de cabeça, remonta à Época Medieval. Cerca de 868, aquando das invasões normandas, o seu relicário foi trasladado de Glanfeuil para uma localidade próxima de Paris – *Fossatense coenobium*, que adotou o nome de Saint Maur des Fossés e se converteu num lugar de peregrinação (Réau, 2001, pp. 387-388). Todavia, apenas a partir do século XVI se regista o

aparecimento de capelas sob esta invocação ao longo dos caminhos de peregrinação que rumavam à Galiza, estando a sua construção relacionada com a divulgação do culto jacobeu (Almeida, Almeida e Gonçalves, 2008, pp. 7-8).

Iconograficamente, Santo Amaro é representado vestido com saio e capuz, tendo como atributo um báculo abacial, cuja voluta se curva para o interior, e uma *laya*, utensílio primitivo de lavoura, hoje praticamente extinto, com pontas de metal e cabo de madeira, que serve para cavar e revolver a terra¹⁹, em alusão ao nome da abadia *Fossés* (fossos, covas, valas), motivo pelo qual foi adotado como patrono dos que trabalham as hortas. As flores de lis do seu escudo recordam que introduziu a ordem beneditina em França e a muleta alude ao facto de ser padroeiro dos coxos e gotosos. Também os carvoeiros e caldeireiros o reconhecem como protetor, em virtude da cor negra que tomam pelo exercício do ofício e por Mauro ser sinónimo de mouro, surgindo, por vezes, representado com pele escura (Réau, 2001, p. 388).

A primeira referência escrita à ermida de Santo Amaro em Ameixêde, como já aludimos, data de **1623** e encontra-se no *Catálogo dos Bispos do Porto*, nos dados da paróquia de Santa Maria da Eja: “**Ermidas, Santo Amaro**²⁰, Santa Luzia. Tem de Communhão 128. pessoas, menores 18. He unida a este Cabido: rende setenta mil reis. Vigairaria” (Cunha, 1742, p. 269).

¹⁹ Agradecemos à Professora Doutora Teresa Soeiro o esclarecimento prestado sobre este utensílio.

²⁰ Negrito das autoras.

É novamente mencionada, em 1706, pelo padre António Carvalho da Costa, ao descrever a freguesia de Santa Maria da Eja: “vigarraria do Cabido do Porto, a que he unida, rende quarenta mil reis, & para o Cabido cem mil reis; tem quarenta vizinhos, duas Ermidas, S. Amaro, & S. Luzia” (Costa, 1706, p. 390).

Cerca de meio século mais tarde, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, no inquérito à freguesia da Eja, refere-se que esta tem cinco lugares – “Bol de Baixo”, ou Abôl, “Bol de Cima, Ameixedo” e “Cazalperro” – e três ermidas – Santa Luzia, Santo Amaro, abade, e a ermida de Nossa Senhora das Dores, todas sob jurisdição dos párocos, duas que pertencem ao povo e outra, a de Nossa Senhora das Dores, particular. Sobre a de Santo Amaro diz-se ainda que tem romaria a 15 de janeiro e “por este santo obra Deos Pai em muitos milagres” (Capela, Matos e Borralheiro, 2009, p. 531).

Embora a edificação da Capela de Santo Amaro, em Ameixêde, pareça estar historicamente associada ao movimento de divulgação do culto jacobino quinhentista, implantando-se à margem de uma antiga via, muito provavelmente de origem romana (Almeida, Almeida e Gonçalves, 2008, p. 23), que terá também servido de caminho de peregrinação a Santiago de Compostela, outras hipóteses podem ser aventadas para a sua instalação.

As *Constituições Sinodais do Bispado do Porto*, publicadas em 1541 e 1585 (*Constituições*, 1541; 1585, fl. 25), no título dedicado ao Sacramento da Comunhão, na constituição terceira sobre o modo de levar o sacramento da comunhão aos enfermos, autorizavam os sacerdotes a dizerem missa numa ermida ou igreja perto de casa dos doentes, no caso de estes morarem longe da igreja de onde eram fregueses, entendendo-se o morar longe pela distância de um quarto de légua, ou pouco menos, isto é, cerca de um quilómetro e meio²¹: “E se acôtecer que oenfermo more lôge da egreja donde he freguês spaço de hũ quarto de legoa: ou pouco menos: e o tempo ou caminho for tal de chuva ou vento ou outro impedimento: ouse arrecear algũ periguo perque seguramente se nam possa levar odicto sacramento como conuem: em tal caso poderá odicto sacerdote dizer missa em alguã hermida ou egreja que estiver perto da casa do dicto enfermo” (*Constituições*, 1541, fl. 21v).

As *Constituições Sinodais* editadas a partir de 1687, também no que respeita ao modo de levar o sacramento da comunhão aos enfermos, passaram a consentir a edificação de ermidas quando “há aldeas tão distantes da Igreja Parochial, que com decência, e conveniência se não pode levar o Santíssimo Sacramento aos enfermos, pelo menos, em tempo de inverno [...] se edifiquem nellas Ermidas à custa de quem direito for, para nella se poder dizer missa, e levar dahi o Santissimo Sacramento aos enfermos das ditas aldeas” (*Constituições*, 1735, fl. 371).

Equacionando a localização de Ameixêde nos alvares da Época Moderna – um tanto ou quanto afastada do centro da paróquia/freguesia da Eja e distante dos templos vizi-

²¹ Um quarto de légua corresponderá a 1,65 km, segundo cálculo baseado nas indicações de Bluteau (1716) e Barroca (1992).

nhos²², o relativo isolamento do lugar poderá ter igualmente contribuído para a construção da ermida, possibilitando o sacramento da comunhão a um maior número de fregueses.

A edificação de templos acarretava responsabilidades aos seus instituidores e dota-dores, anotadas nas primeiras *Constituições Sinodais do Bispado do Porto*. As *Constitui-ções* de 1541 ordenavam que “se nam faça hermidã de nouo sem ser dotada” e indicavam de que forma “hã de estar cõcertadas”. Em primeiro lugar, não se podia construir sem ser “dotada de dote com q̃ a tal hermidã se possa sustentar”; devia estar fechada à chave, e esta entregue a um vizinho que estivesse mais próximo do templo, encarregue de o abrir quando houvesse missa; devia dispor de umas grades na porta, para que os fiéis pudessem fazer as suas orações da parte de fora; devia ter um altar “bẽ cõcertado e ima-gẽ ou retauolo, toalhas ou mantẽes”. Todas estas condições eram da responsabilidade “de quẽ a isso for obrigado” ou de quem a tivesse construído e, caso não se cumprissem, “se derribará pola enformaçã q̃ temos das deshonestidades e desacatamentos que se ã elas fazẽ estado abertas e descõcertadas em q̃ entrã boys e vacas: e outras alimárias: e os q̃ o sobredito nã cõprirẽ pagarã dous cruzados: e o nosso visitador na visitaçã prouera sempre as dictas hermidas: e as q̃ nã achar da sobredicta maneira cõcertadas mãdara derribar aa custa de quẽ lhe parecer q̃ o deve fazer” (*Constituições*, 1541, fl. 76v).

Ainda segundo as *Constituições Sinodais* do século XVI, a construção de ermidas dependia da licença do bispo e devia obedecer a determinados requisitos, avaliados previamente, nomeadamente a capacidade de dotação e conservação dos templos, ga-rantindo-se “que esta emmadeirada à oliuel, & concertada de todo o necessario, & de-centemẽte edificada, & guarnecida de cal por dentro, & de fora” (*Constituições*, 1585, fl. 88v). Aos visitantes competia verificar se essas cláusulas eram cumpridas e, em casos de não cumprimento, dispunham de autoridade para ordenar a demolição da ermida, colocando-se no seu lugar uma cruz em memória da função sagrada desse local, “por-que mais val nam auer as taes Ermidas, que estarẽ arruinadas, & danificadas” (*Constituições*, 1585, fl. 88v). A construção sem autorização era penalizada com multas, o edificio demolido ou aplicado para outra função religiosa (Martins, 2002, pp. 304-305). A manutenção e limpeza dos templos também não eram descuradas e quando algum estava velho e em ruínas, sem ninguém que o restaurasse, ordenava-se o seu derrube e a mudança das imagens para a igreja paroquial (*Constituições*, 1735, fl. 371-372).

Sendo a ermida de Santo Amaro da “jurisdição dos párocos”, segundo as *Memórias Paroquiais* de 1758 (Capela, Matos e Borralheiro, 2009, p. 531), a documentação relati-va à sua instituição, ou mesmo o resultado das visitas realizadas pontualmente às paróquias, deveria estar no arquivo da respetiva diocese. Porém, no Arquivo Episcopal do Porto não existe documentação acerca da Capela de Santo Amaro, tal como registou António Moreira da Rocha (Rocha, 1972) e foi por nós confirmado em visita e pesquisa no local.

A conservação de uma cruz no sítio onde a população acreditava ter existido a Ca-pela, facto arqueologicamente comprovado, sugere que poderá ter sido derrubada, à

²² Ver ponto 2. O sítio: notas históricas e arqueológicas.

semelhança do previsto nas *Constituições Sinodais* atrás citadas. De notar ainda que, no decurso da escavação arqueológica, foram identificados vestígios de uma cruz anterior, em madeira. Sendo certo que em abril de 1758 estava aberta ao culto, tendo concorrida romaria (Capela, Matos e Borralheiro, 2009, p. 531), e já não vem citada no *Annuário Ecclesiástico da Diocese do Porto*, de 1907, que na respetiva freguesia menciona apenas as capelas públicas de Santa Maria da Eja, Nossa Senhora da Cividade e Santa Luzia (Cid, 1907, p. 124), o seu abandono e ruína terão ocorrido neste intervalo de tempo. A ausência de documentação não nos permite ir mais longe, limitando o nosso conhecimento sobre o que terá sucedido, quando e porquê, à Capela de Santo Amaro de Ameixêde.

4. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA (2009-2012)

Considerando que o sítio está salvaguardado na Planta do Património do Plano Diretor Municipal de Penafiel como Área de Proteção e Enquadramento ao Património (n.º 35.6), para implementação do *Projecto de Reconstrução da Capela de Santo Amaro e Construção de Equipamentos Sociais e Culturais*, proposto pela ASADFE, houve necessidade legal de proceder à consulta da Comissão Municipal do Património Cultural e Paisagístico (n.º 3 do artigo 51.º do Regulamento do PDM), que condicionou a aprovação do projeto a escavação arqueológica prévia do local e informou a ASADFE que os vestígios arqueológicos que viessem a ser detetados poderiam condicionar a obra ou mesmo inviabilizá-la.

O objetivo inicial da intervenção arqueológica era corroborar a existência do referido templo e delimitar e caracterizar a sua estrutura e cronologia. À superfície do terreno afloravam algumas pedras dispersas, mas alinhadas, que sugeriam ser os vestígios de uma construção. Esta área foi escolhida para a primeira fase de escavação, realizada a partir de agosto de 2009.

Após remoção da camada vegetal, ficou desde logo visível um nível de derrube de um edifício, composto pelas pedras dos muros, sucedendo-se um outro, associado ao telhado. Levantados estes níveis do desmoronamento da estrutura que aí existira, começaram-se a delinear as ruínas de uma construção, da qual apenas se conservavam os alicerces, muito frágeis, mas cuja configuração, com cabeceira e nave, confirmava a existência de um edifício religioso no local.

Concluída a escavação desta zona até ao substrato geológico, ficava provada a existência das ruínas de um edifício religioso. Porém, outras dúvidas se geraram pela presença de novos indícios arqueológicos visíveis nos perfis estratigráficos dos limites este e sudoeste da intervenção. No limite nascente/este, observavam-se, em corte, vestígios de uma provável estrutura pétreia de contorno subcircular; no limite sudoeste, identificavam-se, também no respetivo corte estratigráfico, parte de uma laje em granito e indícios de uma vala, que se prolongava para a área não escavada, e onde, ao proceder à limpeza superficial do respetivo enchimento, se detetou um ceitel de D. Manuel I (1495-1521). Estes indícios motivaram o alargamento da zona intervencionada na primeira fase, iniciado em finais de janeiro de 2010.

O Alargamento 1, na área nascente, resultou na deteção de algumas estruturas pétreas e outras negativas (buracos), que, mais uma vez, se prolongavam para os espaços



FIGURA 9. Início dos trabalhos com os vestígios detetados após a limpeza da vegetação (19 de agosto de 2009).



FIGURA 10. Estrutura da Capela de Santo Amaro posta a descoberto pela intervenção arqueológica (4 de novembro de 2009).

adjacentes, ainda não intervencionados, entre as quais se destacava a que motivara o alargamento – uma construção empedrada, com o rebordo assinalado por um anel de pedras e o interior preenchido por outras de vários formatos, colocadas de forma aparentemente aleatória. Infelizmente, constatou-se que estes vestígios tinham sido per-

turbados por ações recentes relacionadas com a colocação de tubagens de água para uso na festa e romaria de Santo Amaro.

O Alargamento 2, na área sudoeste, permitiu a descoberta de uma sepultura com restos osteológicos de um indivíduo, estando a referida laje deitada na parte da cabeceira. No seguimento deste achado, contactou-se a entidade da tutela, pelo que, após inspeção realizada pelos técnicos da extensão territorial do Minho e Douro Litoral do Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Architectónico (IGESPAR)²³, no dia 12 de fevereiro de 2010, foi decidida nova ampliação da superfície a escavar para averiguar a existência e dimensão de uma provável necrópole e verificar da necessidade da presença contínua de um técnico de antropologia física no local²⁴. O levantamento dos vestígios osteológicos da sepultura foi realizado pela antropóloga daquela entidade, Cidália Duarte, que também procedeu à sua posterior análise.

A subsequente ampliação da área escavada, a partir dos dois alargamentos, confirmou a existência de várias estruturas positivas e negativas de cronologia pré-histórica, muito afetadas pela construção da Capela, e de infraestruturas recentes, mas não corroborou a hipótese da existência de uma necrópole coetânea do edifício religioso, sugerida pelo aparecimento da sepultura encontrada no Alargamento 2, a única registada no sítio de Santo Amaro.

A necessária e inevitável morosidade dos trabalhos de escavação e registo, imprescindíveis para uma correta e científica intervenção arqueológica, teve por principal consequência a impaciência da população, que pretendia ver reconstruída a Capela. Perante esta evidência, foi improvisada, pelas autoras do presente artigo, uma sessão de divulgação e sensibilização junto da comunidade local para apresentação dos resultados, que se realizou na própria escavação, no dia 15 de dezembro de 2011. Mesmo debaixo de chuva intensa, a população aderiu em massa ao evento! Afinal, era a oportunidade para aqueles que tinham curiosidade, mas nunca ganharam coragem de visitar as escavações, e, sobretudo, para aqueles que duvidavam da existência da Capela e maldiziam a Arqueologia apreciarem e testemunharem as estruturas postas a descoberto e alguns dos materiais encontrados. No fim de contas, o sítio pertence à comunidade e a divulgação e descodificação dos achados mais não é do que uma obrigação dos arqueólogos.

Pese embora o entusiasmo em torno da notícia dos achados, a intervenção arqueológica foi interrompida em inícios de 2012, por imperativos do serviço do Museu Municipal de Penafiel, tendo a entidade da tutela sido informada deste facto por ofício, datado de 20 de fevereiro. Após conclusão de todos os registos, procedeu-se à cobertura com manta geotêxtil e terra de todas as zonas intervencionadas, quer as concluídas quer as que ainda ficaram por concluir, estas últimas relativas aos vestígios pré-históricos, mais sensíveis. Apenas a estrutura da Capela de Santo Amaro ficou exposta, por aguardar uma ação de consolidação e musealização, para posterior integração no programa arquitetónico e paisagístico a desenvolver no local.

²³ Pedro Baére de Faria, arqueólogo, e Cidália Duarte, antropóloga física.

²⁴ Presença obrigatória, de acordo com o artigo 8.º do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos em vigor naquela data (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho). Diretiva presente também no atual Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro).



FIGURA 11. Perspetiva a partir da entrada principal da Capela, a ponte (4 de novembro de 2009).



FIGURA 12. Perspetiva a partir da cabeceira da capela, a nascente (29 de outubro de 2009).



FIGURA 13. Muro norte com as pedras da soleira e os orifícios dos gonzos de uma porta de duas folhas (13 de novembro de 2009).



FIGURA 14. Muro sul com o espaço de uma possível entrada (13 de novembro 2009).

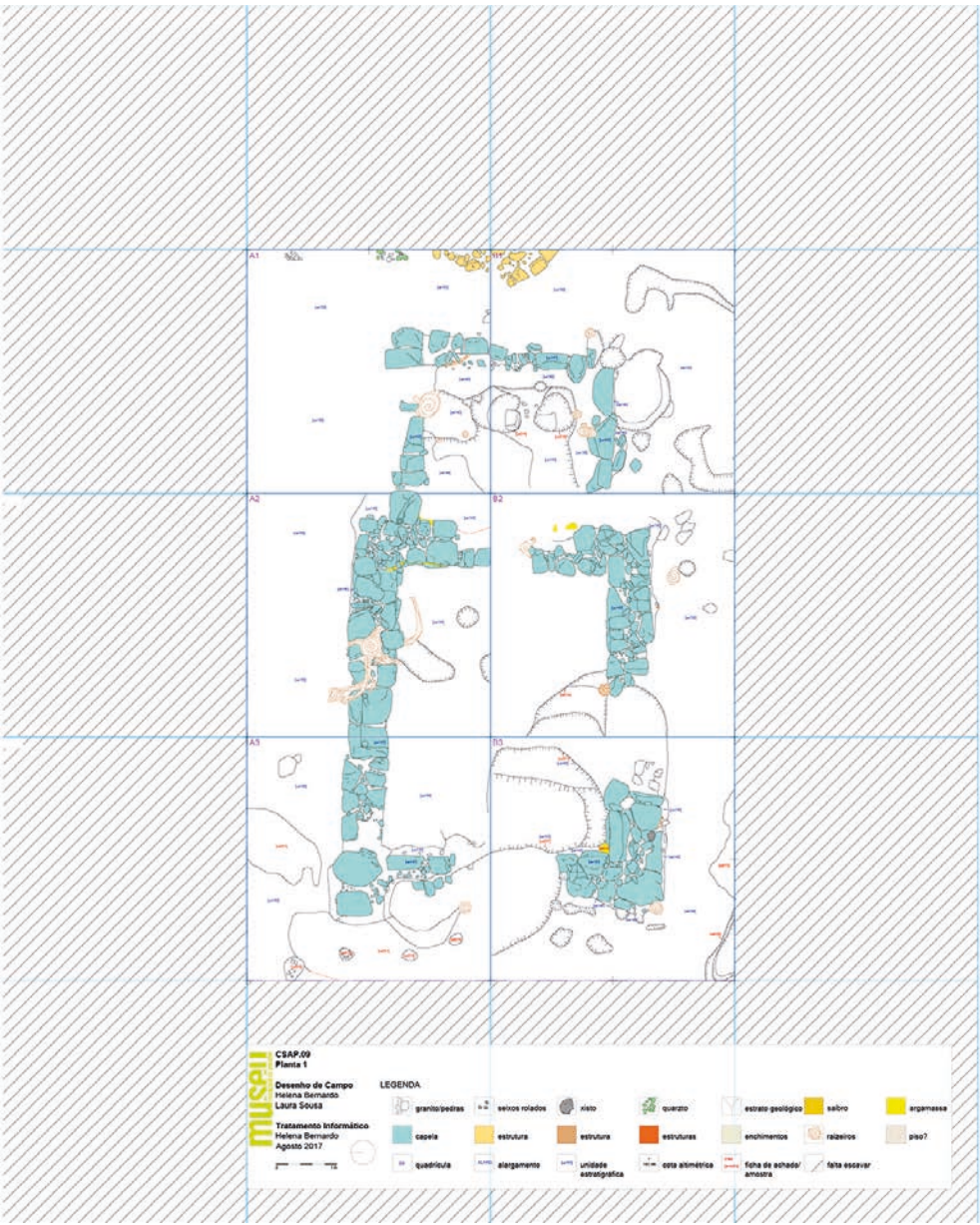


FIGURA 15. Plano final da primeira fase da escavação arqueológica com os vestígios da Capela de Santo Amaro, apresentando uma planta composta por cabeceira e nave, e os novos indícios de uma estrutura empedrada no limite nascente e de uma vala no limite sudoeste.



FIGURA 16. Perfil estratigráfico este da primeira zona intervencionada, vendo-se os vestígios de uma estrutura empedrada subcircular (1 de fevereiro de 2010).



FIGURA 17. Perfil estratigráfico este da primeira zona intervencionada, vendo-se, em primeiro plano, os muros da cabeceira da capela (5 de janeiro de 2010).



FIGURA 18. Perfil estratigráfico oeste da primeira zona intervencionada, vendo-se, no canto sudoeste, uma laje associada a uma vala (29 de janeiro de 2010).



FIGURA 19. Pormenor dos mesmos vestígios no limite sudoeste da intervenção (29 de janeiro de 2010).



FIGURA 20. Vista das estruturas identificadas no Alargamento 1, atrás da cabeceira da Capela (11 de fevereiro de 2010).



FIGURA 21. Vista da sepultura com laje identificada no Alargamento 2, no adro da Capela (11 de fevereiro de 2010).



FIGURAS 22 E 23. Escavação da única sepultura identificada.



FIGURA 24. Plano final da área escavada vista de norte (27 de abril de 2012).



FIGURA 25. Plano final da área escavada vista de sul (27 de abril de 2012).



FIGURA 26. Plano final da área escavada vista de sudoeste (27 de abril de 2012).

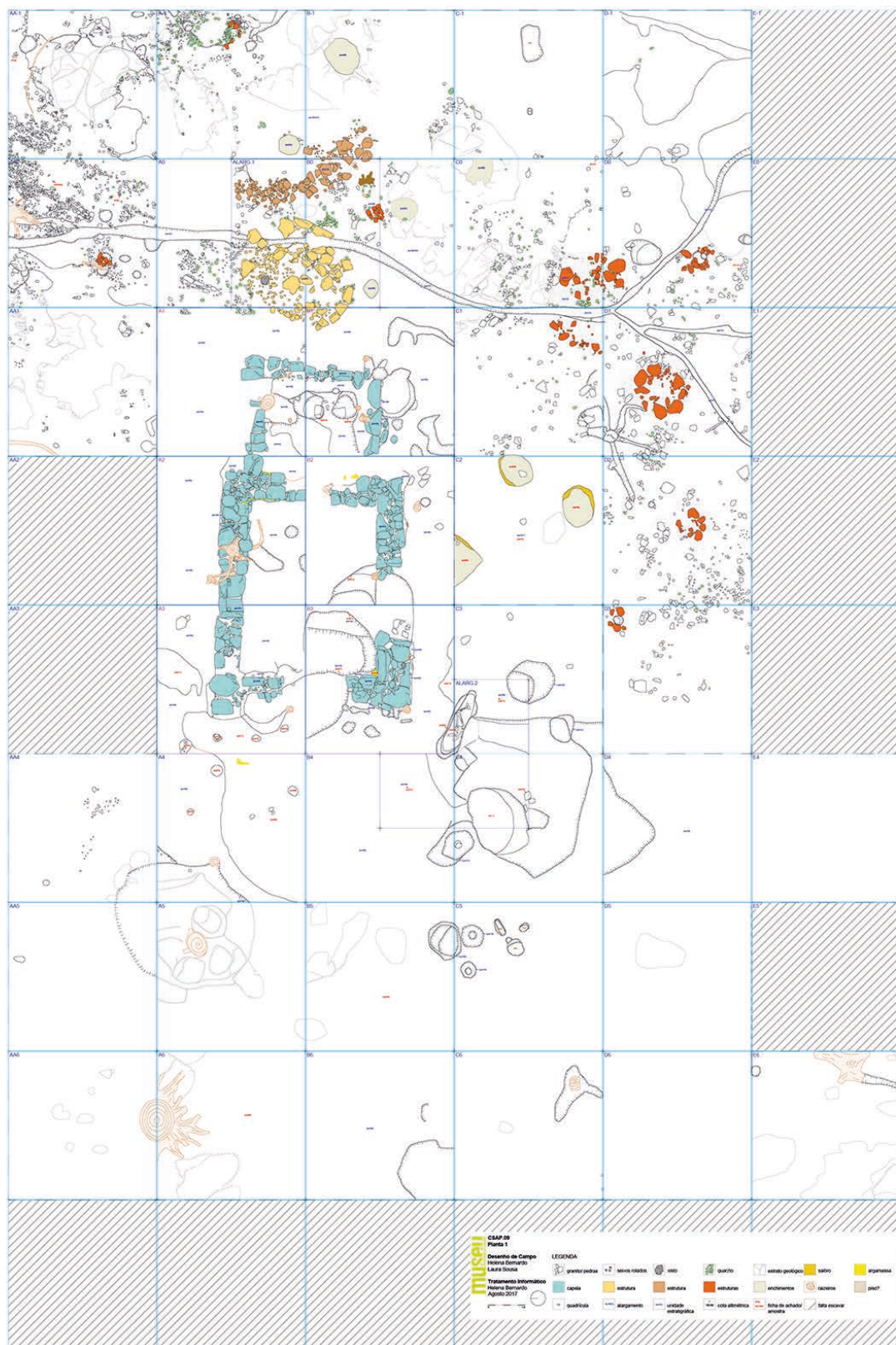




FIGURA 28. Ação de divulgação e sensibilização da comunidade local (15 de dezembro de 2011).



FIGURA 29. Exposição improvisada de algum espólio recolhido (15 de dezembro de 2011).

5. RESULTADOS

5.1. CAPELA E SEPULTURA ISOLADA

Como principal resultado da intervenção arqueológica elegemos a identificação dos vestígios associados a um templo religioso, prova inequívoca da sua existência, confirmando a Arqueologia aquilo que a tradição popular há muito acreditava.

Não obstante a referência documental mais antiga à Capela de Santo Amaro datar de 1623, a intervenção arqueológica e o espólio recolhido permitem atribuir-lhe uma cronologia mais recuada.

A estrutura encontrada revela um templo de planta retangular, com uma área de aproximadamente 16 m², constituído por dois corpos desiguais: nave única, de plano retangular, e cabeceira ou capela-mor, quadrangular. O edifício segue a orientação canónica, situando-se a cabeceira a nascente e a fachada principal a poente.

Os muros que se preservam, construídos em granito, apresentam apenas entre uma a duas fiadas de pedras, em relação aos alicerces. Foi possível detetar alguma argamassa aplicada nas juntas do aparelho, em particular no interior da estrutura, sendo o exterior aparentemente assente em junta seca. A Capela disporia de, pelo menos, três entradas abertas na nave: a principal e duas laterais, uma das quais, situada a norte, mantém a soleira e os orifícios dos gonzos de uma porta de dois batentes. Quanto às portas principal e sul, apenas registámos as valas de saque, possivelmente resultantes da remoção das lajes mais elaboradas²⁵. A cobertura seria de telha cerâmica de meia cana, talvez com beiral de lousa.

O espólio cerâmico associado aos níveis arqueológicos da Capela é composto por fragmentos de louça comum, vidrada e fina (faiança), produções típicas, datáveis entre os séculos XIV e XVIII. Entre este destaca-se a presença de fragmentos de pequenas

²⁵ Testemunhos locais dão nota que algumas destas lajes terão sido colocadas a ladear um portão na localidade de Ameixêde.



FIGURA 30. Pequenas colunas/pilaretes em granito originárias da Capela de Santo Amaro, segundo testemunhos locais, a ladear um portão em Ameixêde.



FIGURA 31. Fragmentos de louça comum.



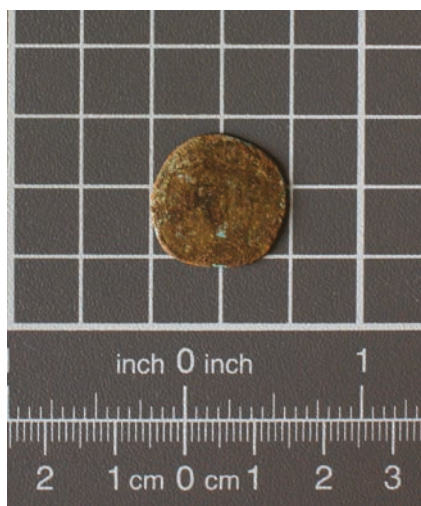
FIGURA 32. Fragmentos de louça vidrada.



FIGURA 33. Fragmentos de pequenas tigelas cerâmicas para luminária.



FIGURA 34. Fragmento de tégula.



FIGURAS 35 E 36. Ceitil de cobre de D. Afonso V (1438-1481).



FIGURAS 37 E 38. Ceitil de cobre de D. Manuel I (1495-1521).



FIGURA 39. Sepultura em fase de escavação, observando-se a posição do indivíduo inumado (26 de outubro de 2010).



FIGURA 40. Plano final da sepultura, verificando-se os indícios de antropomorfismo (27 de outubro de 2010).

tigelas ou taças de cerâmica comum vermelha com vestígios de fuligem, que parecem sugerir a antiguidade do uso de luminárias no local, como atualmente praticado na procissão anual de 15 de janeiro, dia de Santo Amaro. Digno de nota é também um fragmento de tégula.

O espólio numismático é igualmente bastante expressivo, tendo sido recolhidas 63 moedas no total, a saber: oito do século XX (década de 1980 em diante); 53 dos séculos XV-XVI, relativas aos reinados de D. Afonso V (1438-1481), D. Manuel I (1495-1521), D. João III (1521-1557), D. Sebastião (1557-1578) e D. Henrique I (1578-1580); e duas romanas, do imperador Constantino I, uma comemorativa, do tipo «URBS ROMA», de cerca de 330-348 d.C., e outra «GLORIA EXERCITUS», pouco legível, cunhada entre 330-335 d.C. ou 330-341 d.C.²⁶.

No adro da Capela, junto à esquina sudoeste do edifício, identificou-se uma única sepultura de inumação, também orientada canonicamente nascente-poente, em vala ou covacho escavado até à rocha de contorno ovalado, estreitando em direção aos pés, e com indícios de antropomorfismo na cabeceira, que sugere uma feitura de tradição medieval preocupada em “evitar qualquer desvio da posição do crânio do defunto, a fim de manter a verticalidade da cabeça, olhando o Céu. Deste modo, depois de passado o *rigor mortis* não se podia verificar nenhum desvio da posição pretendida” (Barroca, 2010-2011, p. 138). Cuidado que prevaleceu “até um período avançado da Baixa Idade Média” (Barroca, 2010-2011, p. 138). No seu interior estava depositado um indivíduo, em decúbito lateral esquerdo, encostado à parede sul da sepultura, com as pernas fletidas, que a antropóloga Cidália Duarte, responsável pela sua escavação e exumação, identificou como sendo um adulto do sexo feminino. Quer pela posição do tumulado, quer pelo alfinete de liga de cobre recuperado, terá sido enterrado com sudário.

A análise e avaliação dos dados arqueológicos levam-nos a supor a existência da Capela de Santo Amaro, em Ameixêde, já no século XV. O significativo conjunto de moedas recolhido datável dos séculos XV e XVI, representando 84% da totalidade do espólio numismático, parece-nos indiciar a intensidade do culto neste local desde os finais da Baixa Idade Média e durante a Época Moderna, como ficou depois documentado nas *Memórias Paroquiais* de 1758.



FIGURA 41. Montagem laboratorial dos restos osteológicos recolhidos na única sepultura do sítio.

²⁶ Agradecemos ao Dr. Henrique Ferreira a classificação do espólio numismático romano.

Por outro lado, a presença de materiais romanos poderá estar associada a uma outra antiga ocupação do local, antecessora da “vasta necrópole” rupestre mencionada por Abílio Miranda (Miranda, 1955), a que já aludimos, destruída pela estrada que passa junto do sítio de Santo Amaro, reforçando a teoria da implantação destes espaços funerários junto a vias de comunicação, em consonância com a organização da propriedade individual ou em locais proeminentes com destaque na paisagem (Barroca, 2010-2011, p. 137).

5.2. HABITAT DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

Totalmente inesperadas foram as várias estruturas pétreas e negativas encontradas, que anunciavam uma ocupação bem mais recuada do Monte de Santo Amaro, sacralizado entre os finais da Baixa Idade Média e os alvares da Época Moderna com a edificação da ermida.

Entre estas, destaca-se a primeira a ser identificada, atrás da cabeceira da Capela, e que motivou o Alargamento 1: uma estrutura empedrada com o rebordo assinalado por um anel de pedras, com o interior preenchido por outras de vários formatos, colocadas de forma aparentemente aleatória. Inicialmente, levantou-se a possibilidade de se tratar de um monumento com funções funerárias, comumente conhecido por monumento sob *tumuli*, com um tipo de arquitetura que se enquadra na tradição construtiva megalítica, mas com menos diâmetro e altura. A estrutura detetada apresenta cerca de 3 m de diâmetro e destaca-se no terreno com uma altura de aproximadamente 20 cm. Dispõe de uma grande quantidade de quartzo leitoso dispersa entre as lajes que a constituem, do qual são conhecidos vários filões nas proximidades (Medeiros e Teixeira, 1964). Segundo alguns investigadores, a utilização do quartzo neste tipo de contexto teria o objetivo específico de atribuir visibilidade e destaque à construção na paisagem em que se insere, uma vez que é um material que reflete a luz solar e lunar e “altamente significativa desde, pelo menos, o Neolítico à Idade do Bronze” (Bettencourt, 2013, p. 186). Contudo, após escavação de uma secção da estrutura, com a colaboração da arqueóloga e pré-historiadora Leonor Sousa Pereira, do IGESPAR, verificou-se que não existia qualquer deposição no seu interior, não correspondendo a uma estrutura de carácter funerário. Avançou-se, então, a possibilidade de ter sido construída para servir de base de uma cabana, cujas paredes e cobertura se elevariam em materiais perecíveis.

A nascente desta estrutura empedrada identificou-se uma outra delimitada por um alinhamento pétreo, que, aproveitando o afloramento rochoso natural, conformava um espaço elipsoidal, com um buraco subcircular escavado no seu interior, sugerindo tratar-se de outra base para uma construção habitacional.

O alargamento da área escavada permitiu pôr a descoberto outras construções semelhantes, de dimensões mais modestas, algumas talvez associadas a estruturas de combustão, e reinterpretar as várias estruturas negativas que, entretanto, tinham surgido nos espaços anteriormente intervencionados. Quanto às estruturas negativas, é de notar a presença de vários possíveis buracos de poste, alguns estruturados com pedras em redor do orifício, sem uma organização aparente ou que permita, numa primeira análise, distinguir o perímetro das construções de que fariam parte, à exceção de cerca



FIGURA 42. Estrutura empedrada subcircular detetada a nascente da cabeceira da capela (1 de agosto de 2011).



FIGURA 43. Estrutura de contorno elipsoidal surgindo junto da estrutura empedrada subcircular (26 de julho de 2011).



FIGURAS 44 E 45. Estruturas de menores dimensões (4 de agosto de 2011 e 27 de novembro de 2011).



FIGURA 46. Exemplos de estruturas negativas identificadas (18 de julho de 2011).



FIGURA 47. Prováveis buracos de poste detetados no interior da nave da capela, junto à cabeceira (5 de janeiro de 2012).



FIGURA 48. Fragmento de um machado ou enxó de pedra polida.



FIGURA 49. Fragmento de cerâmica de fabrico manual com decoração incisa.

de seis orifícios, dispostos em semicírculo, detetados no interior da nave da Capela, mas sem qualquer relação aparente com este templo. A meia encosta, na vertente poente, identificaram-se também possíveis fossas/silos de armazenamento, com fundo picado e aplanado.

A análise destes vestígios é condicionada quer pela reduzida potência estratigráfica, com o substrato geológico quase à superfície, quer pela ação humana, como a construção da Capela, que destruiu parte do habitat pré-existente, e, mais recentemente, a abertura de valas para a colocação de tubos de água para a festa e romaria a Santo Amaro. Por outro lado, alguns fatores dificultam a afinação de cronologias, nomeadamente a muito reduzida quantidade de espólio associado a esta realidade, limitado a três fragmentos de cerâmica manual, um deles com decoração geométrica incisa, e de um provável machado ou enxó em pedra polida, mas, sobretudo, a interrupção da intervenção arqueológica sem a conclusão da escavação de boa parte destas estruturas e dos respetivos níveis de ocupação. Pese embora a presença de objetos cerâmicos, um deles



FIGURA 50. Vista da implantação do sítio arqueológico de Santo Amaro em colina de vale (27 de abril de 2012).

decorado, o diminuto tamanho e expressão dos fragmentos leva-nos a ser cautelosas na sugestão de datações.

Relacionando esta mão-cheia de dados arqueológicos e o tipo de implantação do sítio – uma pequena colina de vale, com cerca de 210 m de altitude, posicionada na confluência dos vales férteis dos rios Tâmega e Douro e nas proximidades de necrópoles megalíticas, como a da Plaina do Loureiro ou de Santa Luzia (Leal, 1987-1988) –, cremos estar perante indícios de um povoado aberto atribuível genericamente à denominada Pré-História Recente, compreendendo os latos períodos de tempo que se convencionou chamar Calcolítico e Idade do Bronze Inicial e Médio, isto é, entre os inícios do III milénio a.C. e meados do II milénio a.C., momento que se caracteriza pela emergência, desenvolvimento e complexificação de comunidades agro-metalúrgicas (Gonçalves, *et al.*, 2004; Jorge, 2011a, 2011b; Jorge, 2011; Bettencourt, 2013). Contudo, apenas a continuidade e conclusão dos trabalhos arqueológicos poderão confirmar, afinar ou debelar esta cronologia.

5.3. CENTRO INTERPRETATIVO DA CAPELA DE SANTO AMARO

No final do ano de 2017, deu-se início à implementação da proposta arquitetónica denominada Centro Interpretativo e Capela de Santo Amaro, da autoria do arquiteto José Melo, coordenador do Departamento de Projetos de Arquitetura e Ordenamento Territorial da Câmara Municipal de Penafiel, que resultou da reformulação de um projeto anterior, do mesmo autor, em colaboração com o arquiteto Hugo Pacheco. Esta operação urbanística tem o apoio financeiro da Câmara Municipal e resultou da articulação do município com a ASADFE, tendo sido circunscrita apenas à zona do terreno libertada pela equipa de Arqueologia e pela Direção Regional de Cultura do Norte, sendo que os trabalhos de desaterro necessários à obra foram alvo de acompanhamento arqueológico²⁷.

O projeto compreende ainda a consolidação e musealização dos frágeis muros da Capela e do negativo da sepultura e a estabilização do solo envolvente, ações da responsabilidade de uma equipa de técnicos de conservação e restauro. A entidade que vier a realizar a obra e, posteriormente, a ASADFE devem salvaguardar a manutenção da integridade das zonas não escavadas e daquelas em que os trabalhos arqueológicos não foram concluídos (protegidas com manta geotêxtil e aterradas em 2013).

Conquanto os resultados do acompanhamento arqueológico ainda não estejam devidamente analisados, podemos adiantar que se confirmou a inexistência de quaisquer estruturas na área poente do terreno, junto à estrada, reforçando a possibilidade de o habitat se desenvolver para nascente, onde poderão subsistir indícios, facto anteriormente acautelado com a ampliação da área de proteção na Planta do Património,

²⁷ Da responsabilidade científica de Maria Helena Parrão Bernardo.



FIGURAS 51 A 53. Imagens 3D do projeto inicial proposto para a reconstrução da Capela de Santo Amaro e construção de um Centro Interpretativo, com a musealização das estruturas arqueológicas.

aquando da alteração ao PDM, em 2015²⁸. De destacar ainda a recolha de mais fragmentos de telha, o que assevera a singularidade e complexidade do sítio arqueológico de Santo Amaro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Provada a crença da população local na existência de uma capela dedicada a Santo Amaro neste pequeno trecho de terra do lugar de Ameixêde e posto a descoberto o talvez mais antigo povoado até hoje conhecido no atual espaço do concelho de Penafiel, fica a certeza do que ainda há por revelar e estudar sobre este sítio que também foi a nossa “casa” durante tantos e longos dias.

Ao terminar queremos lembrar e agradecer aqueles que sempre acreditaram e trabalharam na concretização do projeto da Capela de Santo Amaro, desculpando-nos, de antemão, pelos que involuntariamente poderemos deixar omissos.

²⁸ Cf. nota 3.

Uma palavra de agradecimento à ASADFE, em especial a Joaquim Coelho e Cristina Coelho, entidade que, em primeira instância, protegeu este sítio da destruição, possibilitando assim o seu estudo e a sua investigação.

Ao incansável e sempre presente António Guedes, então Presidente da Junta de Freguesia, que acompanhou de perto os trabalhos de escavação, agradecemos o entusiasmo, as boas palavras e a amizade em todas as ocasiões.

Ao Sr. Gabriel Pereira, o melhor companheiro de escavação que poderíamos ter, que, sempre disponível, foi incumbido dos trabalhos mais pesados, dividindo-se entre o carrinho de mão e a crivagem das terras, sem nunca questionar a importância da intervenção, mesmo sem a compreender.

À equipa que esteve connosco em campo – D. Fátima Sousa, D. Guilhermina Cunha, D. Lúcia Leal, Sr. José da Cruz (*in memoriam*), Sr. José Pedro Martins, Sr. Adriano Pinto, Sr. Manuel Pereira, Sr. Gabriel Pereira –, à equipa do Museu Municipal de Penafiel, aos técnicos da extensão territorial do Minho e Douro Litoral do IGESPAR e a todos os que voluntariamente colaboraram para a boa concretização da escavação, em especial a Inês Soares, que lavou parte do espólio, o nosso muito obrigada!

À Câmara Municipal de Penafiel e aos seus executivos se deve o reconhecimento da importância patrimonial e arqueológica do sítio, que possibilitou, no presente, a construção da tão desejada capela para albergar o santo sem capela, esperando nós que a velha imagem de Santo Amaro regresse ao local que lhe está destinado, e de um Centro Interpretativo, onde se poderão observar alguns dos achados arqueológicos.

Igualmente importante é lembrar o novo conhecimento histórico e arqueológico que a intervenção proporcionou sobre o lugar, cuja origem, formação e identidade remontam a épocas bem mais remotas do que, até hoje, se conhecia. Com o estudo ora publicado pretendemos não só dar notícia do sítio arqueológico de Santo Amaro, mas, sobretudo, entregar à comunidade local os frutos deste longo trabalho, na esperança do seu enriquecimento e fruição cultural, sensibilizando para a responsabilidade que todos temos pelos testemunhos que nos ficaram do Passado, que a todos pertencem e a todos compete cuidar.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

FONTES CARTOGRÁFICAS

IGeoE – Instituto Geográfico do Exército, 1999. *Carta Militar de Portugal*. Série M888, Folha n.º 135, 1:25000. Edição 3. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

Medeiros, A. C. e Teixeira, C., 1964. *Carta Geológica de Portugal, na escala de 1:50.000 – Folha 13-B (Castelo de Paiva)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal – Direcção-Geral de Geologia e Minas.

FONTES MANUSCRITAS

ADP – Arquivo Distrital do Porto, [s.d.], *Convento de São Salvador de Paço de Sousa – Penafiel. Mostrador*. [manuscrito] Referência PT/ADPRT/MON/CVSSPSPNF/0060.

Meireles, Frei A. A., 1799. *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa por Frei António da Assunção Meireles*. [em linha] Acessível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4499469>> [Consultado em 11 de junho de 2018]

FONTES IMPRESSAS

Bluteau, R., 1716. Lêgoa. In: R. Bluteau, 1716, *Vocabulário portuguez e latino... Volume 5*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, p. 66.

Capela, J. V., Matos, H. e Borralheiro, R., 2009. *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: [s.n.]. (Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758; Vol. 5).

CCLP – Arquivo Municipal do Porto, 1891-1978. *Corpus codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iussu Curiae Municipalis editum*. 6 vol. Porto: Arquivo Municipal do Porto.

Cid, Presbítero L. A., 1907. *Anuario Ecclesiastico da Diocese do Porto*. Porto: Livraria Catholica Portuense, Casa Editora de Aloysio Gomes da Silva.

Constituições, 1541. *Cõstituições sinodales do bispado do Porto ord[e]nadas pelo muito reuer[e]ndo e magnifico Sõr dõ Baltasar Li[m]po bispo do dicto b[is]pado etc*. Porto: Vasco Diaz Tanquo de Frexenal. [em linha] Acessível em: <<http://purl.pt/14687>> [Consultado em 11 de junho de 2018].

Constituições, 1585. *Constituições Synodales do Bispado do Porto ordenadas pelo muyto Illustre & Reverendissimo Senhor Dom frey Marcos de Lisboa, Bispo do dito Bispado & c*. Coimbra: por Antonio de Mariz: á custa de Giraldo Mendez, livreiro. [em linha]

Acessível em: <<http://purl.pt/15043>> [Consultado em 11 de junho de 2018].

Constituições, 1735. *Constituições Synodales do Bispado do Porto, Novamente Feitas e Ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa [...] Propostas, e Aceitas em o Synodo Diecesano, que o ditto Senhor celebrou em 18. de Mayo do Anno de 1687.* Livro 4. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Costa, Padre. A. C., 1706. *Corografia Portugueza, e descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...* Tomo I. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CRPP – Conservatória do Registo Predial de Penafiel, 2004. *Matriz n.º 570.* Freguesia: Eja, n.º 642/20041022.

Cunha, Dom R., 1742. *Catálogo dos Bispos do Porto.* Porto: Na Officina Prototypa, Episcopal.

IPA – Instituto Português de Arqueologia, 2000a. *Ofício 55/2000.* Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel – Museu Municipal de Penafiel.

IPA – Instituto Português de Arqueologia, 2000b. *Ofício 56/2000.* Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel – Museu Municipal de Penafiel.

LTPS – Monteiro, M. T. e Sousa, J. J. R., 1970. Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, XXIV, 57-58 (69-70), pp. 138-283.

MA – Coelho, M. H. C, 1988. *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII.* 2.^a ed. Arouca: Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.

PMH, DC – Herculano, A. coord., 1869. *Portugaliae Monumenta Historica. Diploma-ta et Chartae.* Volume I, fascículo II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

PMH, Inq. – Academia das Ciências de Lisboa, ed. lit., 1897. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones.* Volume I, fascículo IV-V. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, C. A. B, Almeida, P. M. D. B. e Gonçalves, M. C. S., 2008. *Caminhos Antigos e de Peregrinação em Penafiel.* Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel – Museu Municipal de Penafiel.

Barroca, M. J., 1987. *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV.* Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Barroca, M. J., 1992. Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. *História – Revista da Faculdade de Letras*, 2.^a série, 9, pp. 53-85.

Barroca, M. J., 2010-2011. Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho. *Portugália: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Nova Série, vol. 31-32, pp. 115-182.

Bettencourt, A. M. S., 2013. A Pré-História do Noroeste Português. In: L. Oosterbeek, dir. 2013. *Territórios da Pré-História em Portugal*. Vol. 2. Braga/Tomar: CEI-PHAR/CITCEM.

Croix, R. P., 1899. *Fouilles Archéologiques de l'Abbaye de St-Maur de Glanfeuil (Maine-et-Loire). Entreprises en 1898-99 d'après des textes anciens*. Paris: Alphonse Picard & Fils, Éditeurs.

Gonçalves, V. S., Silva, C. T., Simões, T., Jorge, S. O. e Diniz, M., 2004. Parte IV: Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. In: J. Medina, dir., V. S. Gonçalves, coord. 2004. *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Volume I – Portugal na Pré-História*. Amadora: Ediclube, pp. 349-457.

Jorge, S. O., 2011a. A consolidação do sistema agro-pastoril. In: J. Serrão e A. H. O. Marques, dir., J. Alarcão, coord. 2011. *Nova História de Portugal. Volume I – Portugal – das Origens à Romanização*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 102-162.

Jorge, S. O., 2011b. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. In: J. Serrão e A. H. O. Marques, dir., J. Alarcão, coord. 2011. *Nova História de Portugal. Volume I – Portugal – das Origens à Romanização*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 163-212.

Jorge, V. O., 2011. Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In: J. Serrão e A. H. O. Marques, dir., J. Alarcão, coord. 2011. *Nova História de Portugal. Volume I – Portugal – das Origens à Romanização*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 213-255.

Leal, A. J. M. C., 1987-1988. O megalitismo no concelho de Penafiel. *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, 3.^a série, n.º 4/5, pp. 37-94.

Lima, A. M. C., 1993. *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX – XII)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Lima, A. M. C., 1999. O Território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séculos IX – XII). In: M. J. Barroca, coord. 1999. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*. Volume I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 399-413.

Lopes, F. e Silva, M. J. O., 2015. *Portugaliae Monumenta Historica... Diplomata et Chartae – Chartularia. Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa – Edição crítica*. Nova Série, vol. V. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Marques, A. E., 2014. *Da representação documental à materialidade do espaço. Território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento/CITCEM.

Martins, F. S., 2002. Normas Artísticas das Constituições Sinodais de D. Frei Marcos de Lisboa. In: *Atas do Colóquio Frei Marcos de Lisboa: cronista franciscano e bispo do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 297-309.

Miranda, A., 1955. Freguesia de Santa Maria do Banho. *O Penafidense: Jornal Independente*, Ano 78, n.º 3 (8 de fevereiro), fls. 1, 4.

Miranda, A., 1956a. Freguesia de Melhundos. *O Penafidense: Jornal Independente*, Ano 79, n.º 21 (16 de outubro), fl. 1.

Miranda, A., 1956b. Freguesia de Melhundos. *O Penafidense: Jornal Independente*, Ano 79, n.º 22 (30 de outubro), fls. 1-2.

Réau, L., 2001. Iconografía de los Santos G-O. In: L. Réau, coord. 2001. *Iconografía del arte cristiano*. Tomo 2. Volume 4. 2.^a ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, pp. 387-389.

Rocha, A. M., 1972. Capelas no concelho de Penafiel. *Penafiel – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, n.º 1, pp. 97-108.

Rosario, Padre Fr. D., 1741. *Flos Sanctorum, ou Historias das vidas de Christo Nosso Senhor, de Sua Santissima Mãe e dos Santos e suas festas repartidas pelos mezes de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Mayo, com Sermoens e praticas para as festas que nelles se celebrão. Volume I*. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues.

Santos, M. J. F., 2005. A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308). *Cadernos do Museu*, 10, pp. 5-100.

PÁGINAS DA INTERNET

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural – Portal do Arqueólogo (Endovélico), [s.d.]. *Capela de Santo Amaro*. [em linha] Acessível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=164058>> [Consultado em 4 de junho de 2018].

PRJ – Procesos judiciales en las sociedades medievales del norte peninsular, [s.d.]. *Pendorada1-491*. [em linha] Acessível em <<http://prj.csic.es/descargarPDF.php?id=2470>> [Consultado em 11 de junho de 2018].